UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

ARTUR BARBOSA MARTINS DE OLIVEIRA

KAMILA LIMA PEREIRA

INTERVENÇÕES PARA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO DE ESCOPO

VITÓRIA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

KAMILA LIMA PEREIRA e ARTUR BARBOSA MARTINS DE OLIVEIRA

INTERVENÇÕES PARA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO DE ESCOPO

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR(A)/PRESIDENTE

MEMBRO

MEMBRO

MEMBRO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APROVADO EM 27 / 09 / 2024.

RESUMO

Introdução: A violência nas escolas brasileiras é uma questão complexa que envolve múltiplos fatores e atores, exigindo abordagens interdisciplinares para sua compreensão e mitigação. Embora seja um problema amplamente reconhecido, as intervenções voltadas para a prevenção e redução da violência escolar ainda carecem de maior sistematização e visibilidade na literatura acadêmica. **Objetivo:** Mapear as intervenções voltadas à prevenção e redução da violência nas escolas brasileiras. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de escopo utilizando a pergunta norteadora: "Quais são as intervenções utilizadas para prevenção e redução da violência nas escolas brasileiras existentes na literatura?" Foram pesquisados estudos quantitativos e qualitativos sobre a temática da violência nas escolas brasileiras publicados após o ano 2000 em virtude da relevância e atualidade das intervenções estudadas.. As fontes pesquisadas incluíram as bases de dados: Scielo, LILACS (via Biblioteca Virtual em Saúde - BVS), Institute of Education Sciences (ERIC) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, através da combinação de descritores ("violência escolar" OR "violência nas escolas" OR *bullying*) AND (escola OR "instituição de ensino"). **Resultados:** O rastreio resultou em 477 achados; após a triagem, 60 pesquisas atenderam aos critérios de elegibilidade e a partir da leitura do texto integral 52 foram excluídos, totalizando em 8 trabalhos, dentre eles 1 artigo de periódico, 5 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado. A maior parte das pesquisas são artigos científicos e pesquisas que utilizaram metodologias quanti qualitativas. Foram identificadas várias intervenções, agrupadas em quatro categorias principais: I) programas de mediação e resolução de conflitos, II) estratégias de sensibilização e educação em valores, III) atividades extracurriculares e projetos comunitários, e IV) formação continuada de professores e profissionais da educação. São debatidos aspectos relacionados à efetividade dessas intervenções e a necessidade de políticas públicas integradas. **Conclusão:** A revisão revela uma produção significativa, porém ainda fragmentada, sobre as intervenções para a prevenção e redução da violência nas escolas brasileiras. As intervenções são variadas e abordam diferentes dimensões do problema, desde a mediação de conflitos até a formação de professores. É necessário investir em uma agenda de pesquisas mais robusta e na criação de redes de colaboração entre pesquisadores, educadores e formuladores de políticas para enfrentar de maneira eficaz a violência escolar.

Palavras-Chave: Violência nas escolas; *Bullying*; Intervenção interdisciplinar.

ABSTRACT

Introduction: Violence in Brazilian schools is a complex issue that involves multiple factors and actors, requiring interdisciplinary approaches for its understanding and mitigation. Although it is a widely recognized problem, interventions aimed at preventing and reducing school violence still lack greater systematization and visibility in academic literature. **Objective:** Map interventions aimed at preventing and reducing violence in Brazilian schools. **Methodology:** A scoping review was carried out using the guiding question: "What interventions are used to prevent and reduce violence in Brazilian schools in the literature?" Quantitative and qualitative studies on the subject of violence in Brazilian schools published after the year 2000 were researched due to the relevance and timeliness of the interventions studied. The sources researched included the databases: Scielo, LILACS (via Biblioteca Virtual em Saúde - VHL), Institute of Education Sciences (ERIC) and the CAPES Theses and Dissertations Catalog, through the combination of descriptors ("school violence" OR "violence in schools" OR bullying) AND (school OR "educational institution"). **Results:** The screening resulted in 477 findings; After screening, 60 studies met the eligibility criteria and after reading the full text, 52 were excluded, totaling 8 works, including 1 journal article, 5 master's theses and 2 doctoral theses. Most of the research is scientific articles and research that used quantitative and qualitative methodologies. Several interventions were identified, grouped into four main categories: I) mediation and conflict resolution programs, II) awareness raising and values education strategies, III) extracurricular activities and community projects, and IV) continued training of teachers and education professionals . Aspects related to the effectiveness of these interventions and the need for integrated public policies are debated. **Conclusion:** The review reveals a significant, but still fragmented, production on interventions to prevent and reduce violence in Brazilian schools. The interventions are varied and address different dimensions of the problem, from conflict mediation to teacher training. It is necessary to invest in a more robust research agenda and in the creation of collaboration networks between researchers, educators and policymakers to effectively address school violence.

Keywords: Violence in schools; *bullying*; Interdisciplinary intervention.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **6**
2. MÉTODOS **9**
3. RESULTADOS **10**
4. DISCUSSÃO **15**
4.1 Bullying x Cyberbullying **16**
4.2 Família x Sociedade **18**
4.3 Abordagens Comunitárias e Territoriais **19**
5. CONCLUSÃO **21**

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema "violência escolar" para esta pesquisa é motivada pela crescente incidência desse fenômeno nas instituições educacionais e suas implicações significativas para a saúde mental e o desenvolvimento social dos estudantes. Estudos indicam que a violência nas escolas, incluindo o *bullying*, pode resultar em consequências severas, como ansiedade, depressão e dificuldades de aprendizagem (OLWEUS, 1993; JUVONEN & GRAHAM, 2014). Dada a importância de promover ambientes escolares seguros e inclusivos, este trabalho busca investigar as dinâmicas da violência escolar, suas causas, consequências e estratégias de intervenção, com o objetivo de contribuir para a construção de práticas educativas que favoreçam a prevenção e o enfrentamento desse problema.

No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada em 2015, evidenciou que mais de 40% dos escolares brasileiros de 13 a 17 anos relataram ter vivenciado, ao menos uma vez nos 30 dias anteriores à pesquisa, situações de humilhação ou provocações de colegas da escola (sendo que 37,7% vivenciaram essa situação raramente ou às vezes e 6,6% na maior parte das vezes ou sempre). Um total de 19,8% declararam já ter praticado algum ato de zombaria ou intimidação contra algum dos colegas (IBGE, 2016).

A violência nas escolas é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta de diversas maneiras. No entanto, ao realizar a revisão de escopo sobre intervenções para a prevenção e redução da violência nas escolas brasileiras, notou-se uma predominância significativa de estudos focados especificamente no *bullying*. Essa concentração pode ser atribuída à visibilidade que o *bullying* ganhou nos últimos anos, tanto na mídia quanto em políticas públicas, o que, por sua vez, pode ter direcionado a pesquisa acadêmica e as intervenções para essa modalidade de violência em detrimento de outras formas igualmente preocupantes.

A PeNSE, em três edições, verificou taxas crescentes de envolvimento de estudantes brasileiros em situações de *bullying*. O relato de sofrer *bullying* entre os alunos do 9º ano das capitais brasileiras aumentou de 5,4% em 2009, para 7,2% em 2012, e 7,4% em 2015 (MELLO et al., 2018).

Diante do crescente cenário de violência nas escolas brasileiras, torna-se imperativo, não apenas compreender, mas agir para reverter o quadro. A realidade evidenciada pelos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE, 2015) refletem não apenas números, mas vidas impactadas por situações de humilhação, intimidação e violência, comprometendo não apenas o presente, mas também o futuro de uma geração.

Recentemente, em 2019, 81% dos estudantes e 90% dos professores souberam de casos de violência em suas escolas estaduais que envolveram *bullying*, agressão verbal, agressão física e vandalismo (SOUZA, 2019).

Entre as mais variadas definições de violência, destaca-se a da Organização Mundial da Saúde (OMS), que a define como: O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de causar lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p.5).

De acordo com a OMS (2002), a natureza dos atos violentos pode ser: física, psicológica, sexual e atos envolvendo privação ou negligência. Dessa forma, a violência física caracteriza-se pelos atos que buscam ferir a integridade física das pessoas, manifestando-se por meio de tapas, empurrões, chutes, entre outros. Não obstante, a violência psicológica tem o intuito de provocar danos emocionais, como situações que provocam medo, ridicularização ou inferiorização de um indivíduo. Por fim, a violência sexual refere-se aos atos contra a sexualidade do indivíduo. A omissão diante das necessidades do outro indivíduo e/ou não evitar situações de perigo a outro são, igualmente, atos violentos que envolvem privação ou negligência (OMS, 2002).

Assim sendo, observa-se que, a problemática da violência atinge diversos âmbitos da vida, dentre eles, a escolarização. Desse modo, em meio a contemporaneidade brasileira, as escolas que deveriam proporcionar segurança aos alunos, vêm se transformando em cenários de violências de maneira frequente, explicitando-se através do aumento no número de notícias televisionadas sobre o assunto.

De acordo com Fante (2005, p. 119), o *bullying* se distingue das brigas comuns entre colegas, que ocorrem por motivos pontuais e acabam rapidamente. O *bullying*, ao contrário, envolve agressões contínuas e veladas, manifestadas por meio de comportamentos crueis e intimidadores, direcionados repetidamente a uma mesma vítima. Esse fenômeno é altamente prejudicial, não apenas para os envolvidos diretamente, mas também para toda a comunidade escolar, devido aos danos psíquicos que causa.

A ocorrência de *bullying* na escola afeta os membros da comunidade escolar impactando negativamente o clima institucional, o processo ensino - aprendizagem, o desenvolvimento e a saúde de crianças e adolescentes em idade escolar, podendo acarretar problemas comportamentais e emocionais, destacando-se o estresse, a diminuição ou perda da autoestima, a ansiedade, a depressão, o baixo rendimento escolar e, até mesmo, em casos mais severos, o suicídio (ARSENEAULT, 2017; EVANS-LACKO et al., 2017; FANTAGUZZI et

al., 2018). As experiências de *bullying* também amplificam a adoção de comportamentos de risco para saúde de estudantes, como consumo de álcool, outras drogas e relação sexual precoce, aspectos amplamente divulgados na literatura científica. (FLEMING; JACOBSEN, 2010; PELEG-OREN et al., 2012; MELLO et al., 2017).

Assim, a violência transforma direta e indiretamente o cotidiano escolar, as relações que são tecidas neste espaço e principalmente a qualidade da educação. Ela impacta, por exemplo, no rendimento dos alunos, aumentando as repetências, diminui a concentração e atenção, criando um clima de grande intranquilidade, rotatividade dos professores, ou mesmo danos ao desenvolvimento global dos indivíduos (ABRAMOVAY, 2002; 2002a; 2003).

Decerto, a violência é abordada sobre três vertentes, sendo elas, a visível e atua diretamente de agressor à vítima, podendo ser física ou verbal, na sua concepção estrutural - quando se estabelece uma desigualdade de poder na relação aluno-aluno e, por fim, a violência de forma cultural, constituída pelo conjunto de valores, crenças, ideologias e ensinos que promove justiça a violência. (MAYA, 2005, p.78)

Partindo dos conceitos de conflito e violência, é possível visualizar a compreensão sobre o *bullying*, o qual tem se manifestado em ações negativas, de um sobre o outro, de forma física, social, verbal, psicológica, ocorridas isoladas ou cumulativamente, mas de forma repetida, portanto ainda mais nocivas. Sempre há uma vítima que sofre intimidações, costumam servir de chacotas e, na grande maioria, são indivíduos tímidos, retraídos e possuem alguma característica peculiar que as diferencia dos outros. (TOGNETTA; VINHA, 2008).

Nesse contexto, é crucial que a sociedade, as instituições educacionais e os responsáveis se unam em esforços colaborativos para promover ambientes escolares seguros e acolhedores. O combate ao *bullying* não é apenas uma questão estatística; é uma responsabilidade moral e social que transcende as paredes das salas de aula. É uma chamada para ação coletiva, uma vez que a violência no ambiente escolar não apenas afeta o desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes, mas também compromete o tecido social em formação. Diante disso, através de uma perspectiva social, analisar o *bullying* e a violência como um todo implica entendê-lo como consequência de diversos conflitos oriundos das mudanças que a sociedade vem passando ao longo dos anos (REIS; COSTA, 2011).

Neste trabalho, essa revisão de escopo avaliou as intervenções existentes na literatura sobre o tema. No entanto, é importante ressaltar que ainda há lacunas acerca do tema, especialmente em relação à avaliação de longo prazo das intervenções.

Esperamos que a leitura deste trabalho possa contribuir para a compreensão da complexidade do problema da violência nas escolas e para a identificação de estratégias efetivas de prevenção e redução desse fenômeno. Acreditamos que a análise crítica das intervenções existentes pode fornecer subsídios para o desenvolvimento de novas abordagens e para a melhoria das práticas já existentes.

2. MÉTODOS

Esta revisão foi elaborada de acordo com metodologia de uma revisão de escopo recomendada pelo Instituto Joanna Briggs (JB). O estudo de escopo tem como objetivo mapear as intervenções voltadas à prevenção e redução da Violência nas Escolas Brasileiras (PETERS et al., 2017).

A revisão de escopo configura-se como um importante instrumento que mapeia e identifica a natureza e extensão da evidência relevante sobre determinado campo de pesquisa. As revisões de escopo diferem das revisões sistemáticas porque não pretendem avaliar a qualidade das evidências disponíveis, mas em vez disso, objetivam mapear rapidamente os principais conceitos que sustentam uma área de pesquisa. Mas, por outro lado, diferem de uma revisão tradicional da literatura na medida em que envolvem um procedimento mais sistemático (CORDEIRO; BALDINI SOARES., 2020; PETERS et al., 2017).

Para construção da pergunta norteadora da pesquisa utilizou-se a estratégia *Population, Concept e Context* (PCC). Foram definidos:

P- estudos primários e secundários, incluindo artigos, teses, dissertações e relatos publicados que abranjam estudantes da educação básica,

C- escopo de teorias e intervenções voltadas para redução e prevenção das violências nas escolas;

C- produções realizadas no contexto brasileiro.

A pergunta estabelecida foi: “Quais são as intervenções utilizadas para prevenção e redução da Violência nas Escolas Brasileiras existentes na literatura?”

Durante a realização da revisão de escopo, ficou evidente que a pesquisa sobre violência nas escolas frequentemente se direciona para o tema do *bullying*. Essa predominância se deve, em parte, à ampla atenção que o *bullying* recebe na mídia, em campanhas de conscientização e nas políticas educacionais, que visam mitigar seus efeitos nocivos sobre o bem-estar dos estudantes. Como resultado, a literatura disponível tende a concentrar-se nas intervenções destinadas a combater o *bullying*, que é uma forma específica de violência. Embora esse foco

seja importante, ele pode obscurecer outras manifestações de violência que também ocorrem nas escolas, como agressões físicas e discriminação. Assim, os critérios de busca adotados priorizaram as intervenções relacionadas ao *bullying*, o que, embora tenha proporcionado uma visão abrangente sobre esse tema, limitou a exploração de outras formas de violência escolar.

Nesse sentido, o levantamento de dados foi realizado no, período de Abril a Julho de 2023, no Scielo e LILACS por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Institute of Education Sciences (ERIC), por se tratar de bases de dados da educação, e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, através da combinação de descritores/termos *("violência escolar" OR "violência nas escolas" OR bullying) AND (escola OR "instituição de ensino").*

Os critérios de inclusão foram:

- Estudos quantitativos e qualitativos sobre a temática da violência nas escolas brasileiras.
- Artigos que descrevessem intervenções realizadas para a redução e prevenção da violência nas escolas brasileiras, tanto em aspectos teóricos quanto práticos.
- Artigos disponíveis em português, espanhol ou inglês que abordam intervenções no contexto brasileiro.

Já os critérios de exclusão foram:

- Pesquisas que abordem a violência exercida pela escola, também conhecida como violência simbólica, desencadeada pelo currículo e pelas práticas educacionais.
- Pesquisas publicadas antes dos anos 2000, em virtude da relevância e atualidade das intervenções estudadas.
- Ensaios, cartas e outras publicações que não apresentem resultados sistematizados de pesquisa.

Os artigos obtidos foram tabulados em planilha de Excel versão 2010 e analisados para compor a base de dados desta pesquisa. Por meio da leitura do título e do resumo, foram excluídos os estudos que fugiram ao tema. Os artigos restantes foram lidos integralmente e selecionados para relevância e contribuição do tema.

3. RESULTADOS

Foram encontrados 477 trabalhos, sendo 262 da BVS, 194 do Capes e 21 do ERIC. Na sequência, foi realizada a identificação e a exclusão de 17 duplicatas, restando 450 artigos. Destes, após a leitura do título e do resumo, 390 por não apresentarem elementos que atendessem o objetivo desta revisão. A partir da leitura do texto integral, 52 artigos foram excluídos por não apresentarem o texto completo disponível para leitura, totalizando em uma

amostra de 8 trabalhos, dentre eles 1 artigo de periódico, 5 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado.

O processo de busca e seleção dos estudos desta revisão está apresentado no fluxograma (Figura 1), conforme recomendações da JBI, sendo *checklist* adaptado do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA).

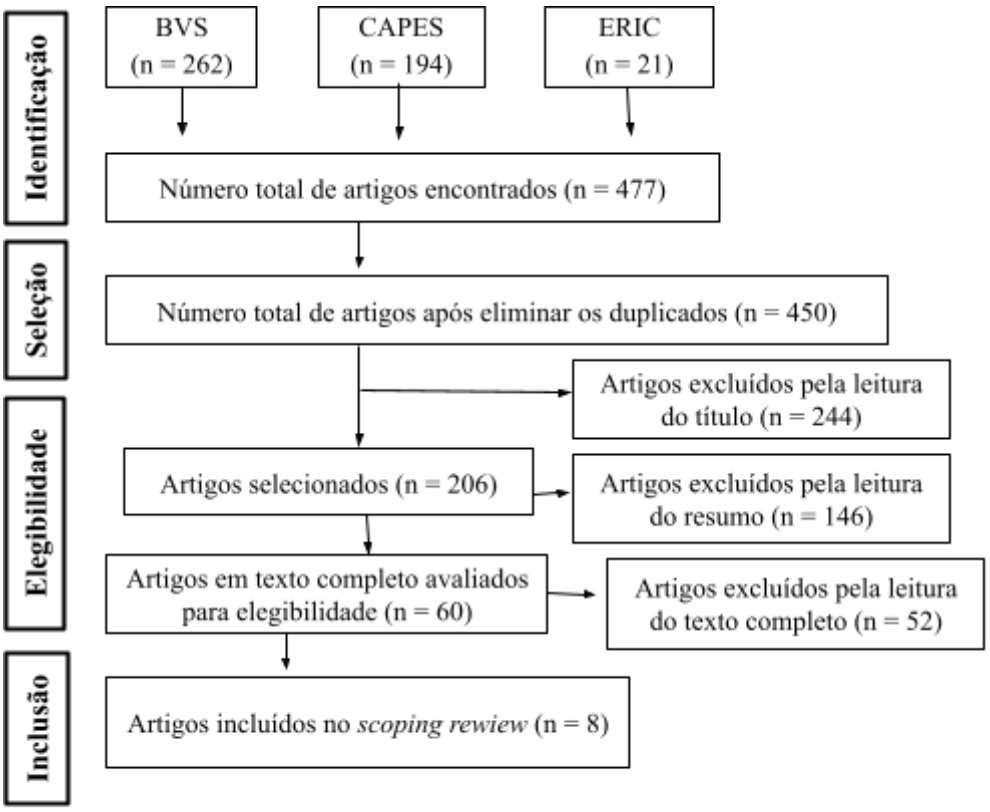

Figura 1: Diagrama do fluxo da seleção dos artigos adaptado PRISMA.

Fonte: Elaboração dos autores (2024)

Diante disso, apresentamos uma síntese dos principais achados de cada um dos estudos selecionados. Cada trabalho será discutido individualmente, destacando suas metodologias, resultados e implicações para a prática educacional, com o intuito de oferecer uma visão abrangente sobre as diferentes abordagens e estratégias para a prevenção e intervenção.

O estudo de Pingoello (2012) com alunos de 5 turmas do 6º ano e 8 professores de uma escola pública estadual revelou que o *bullying* é um problema frequente e que muitos professores se sentem despreparados para lidar com a situação. A pesquisa destacou a importância de intervenções educativas, como atividades em sala de aula e debates, que mostraram resultados significativos: 84,7% dos alunos afirmaram que seu conhecimento sobre *bullying* aumentou após a pesquisa. Os professores relataram sentir-se mais preparados

para enfrentar o problema, reforçando a necessidade de um ambiente escolar acolhedor e do envolvimento de toda a comunidade escolar.

Louzada (2013) refletiu sobre as formas de intervenção em conflitos violentos nas escolas, destacando a Justiça Restaurativa (JR) como um método eficaz. A pesquisa mostrou que 81,66% dos alunos reconhecem a existência de conflitos na escola, e muitos desses conflitos se repetem entre as mesmas pessoas, caracterizando *bullying.* A autora enfatizou a necessidade de preparar os profissionais da escola para atuarem nessas situações, promovendo uma cultura de diálogo e respeito mútuo.

O estudo de Bonamigo et al. (2008), que envolveu mais de 400 participantes em 12 escolas públicas estaduais, apresentou a pesquisa-intervenção como uma abordagem para enfrentar a violência escolar. A pesquisa indicou a necessidade de repensar a organização escolar, promovendo espaços de diálogo que incluam alunos, professores e pais. Os resultados ressaltaram a importância de políticas públicas para prevenção da violência, a valorização da escuta e o respeito à diversidade.

A pesquisa de Rubinho (2015) com estudantes de pedagogia identificou que a maioria dos participantes tinha conhecimento sobre *bullying,* definindo-o como agressão física ou verbal. A maioria acredita que a intervenção deve ser responsabilidade da escola, sugerindo que campanhas de conscientização e palestras são fundamentais para a prevenção do *bullying.* O estudo destaca a necessidade de formação adequada para professores, permitindo-lhes abordar o tema de maneira crítica e reflexiva.

Silva et al. (2017) conduziram um estudo com 232 alunos do 6º ao 9º ano, revelando que 22,2% se identificaram como vítimas de *bullying.* A pesquisa mostrou que essas vítimas tendem a contar suas experiências para amigos e familiares, mas não para professores. O estudo sugere que as escolas devem criar um ambiente seguro que incentive as vítimas a reportarem os abusos, além de envolver as famílias no processo de intervenção.

A pesquisa de Soares (2017) explorou a leitura de gêneros textuais sob a perspectiva do Letramento Crítico, sugerindo que discussões sobre *bullying* em sala de aula podem ajudar os alunos a refletirem sobre suas atitudes. O estudo constatou que o preconceito e a não aceitação das diferenças são fatores que contribuem para o *bullying*, propondo atividades pedagógicas que incentivem a problematização e a reflexão.

O estudo de Akita (2019) investigou a utilização de podcasts como ferramenta para abordar o *bullying* em uma escola de educação profissional. Os resultados mostraram que a produção de podcasts pelos alunos promoveu reflexão e conscientização sobre o tema,

resultando em uma diminuição na intenção de praticar *bullying*. A pesquisa destacou o potencial dos podcasts para engajar os estudantes e enriquecer o ambiente escolar.

Por fim, Luna (2019) analisou a complexidade do *bullying* no ambiente escolar e a necessidade de formação contínua para professores. A pesquisa revelou que professores com histórico de *bullying* na infância têm crenças normativas mais fortes, e a capacitação mostrou melhorias significativas na autoeficácia dos docentes e uma redução nos comportamentos de *bullying* entre os alunos. A formação contínua é essencial para que os professores atuem de maneira mais eficaz na prevenção e combate ao *bullying*.

Referência	**Objetivo**	**Desenho de Estudo**	**Participantes**	**Instrumento**	**Intervenção**	**Resultado**
Pingoello, 2012.	Realizar ações educativas para prevenir e intervir no *bullying* escolar.	Questionários e análise de casos individuais.	Alunos de 5 turmas do 6º ano e 8 professores.	Questionários para alunos e professores, além de fichas de avaliação de atividades.	Palestras, atividades em sala de aula, teatro e vídeos.	Melhorias no comportamento de alunos e professores e no clima escolar.
Louzada, 2013.	Investigar como alunos e professores atuam diante do *bullying* e como a Justiça Restaurativa pode ajudar na prevenção e resolução de conflitos.	Entrevista semiestruturada e um questionário	60 alunos e professores de uma escola pública em Belo Horizonte.	Questionário e Entrevista Semiestruturada.	Círculos Restaurativos, palestras e concurso de desenhos sobre *bullying* e Justiça Restaurativa.	Houve melhora na autoeficácia dos professores e redução significativa do *bullying* entre os alunos.

Bonamigo et al, 2014.	Verificar a viabilidade do mapeamento de violências, como intervenção de psicólogos na escola e seu papel na mobilização dos participantes e reflexão sobre questões comunitárias.	Pesquisa-intervenção	4 escolas públicas estaduais de Chapecó - SC.	Pesquisa Documental	Mapeamento de violências	Colaborou na valorização da diversidade e promoveu um ambiente escolar mais respeitoso.
Rubinho, 2015.	Investigar a concepção de estudantes de Pedagogia sobre o *bullying* e formas de intervenção escolar.	Pesquisa descritiva e exploratória	21 estudantes voluntários do curso de Pedagogia.	Questionário semiestruturado	Intervenções sugeridas incluem diálogos, encaminhamentos à coordenação, reuniões com pais e psicólogos.	Estudantes de pedagogia obtiveram conhecimento sobre o *bullying e* destacaram a necessidade de aprimorar as ações de prevenção e intervenção.
Silva et al., 2017	Verificar para quem as vítimas de *bullying* relatam as agressões e como isso se relaciona com o tipo de assistência que recebem.	Estudo transversal.	232 estudantes do 6º ao 9º ano de uma escola no interior de São Paulo.	Questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas.	Conversa com a vítima.	Observaram que os meninos tendem a não relatar *bullying*, enquanto as meninas contam para adultos e recebem mais assistência. Além de que, as agressões psicológicas são mais relatadas aos pais, enquanto as agressões

						verbais, muitas vezes, não são compartilhadas.
Soares, 2018.	Utilizar o letramento crítico como ferramenta pedagógica para combater o *bullying* em sala de aula.	Pesquisa - ação	60 alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II.	Questionário	Criação de um produto educacional para intervir no *bullying*.	Gerou reflexão e mudanças no comportamento dos alunos da instituição.
Akita, 2019.	Promover discussões sobre *bullying* com estudantes por meio da criação e exibição de podcasts.	Questionários e entrevistas semiestruturada	46 estudantes do Ensino Médio Integrado do IFSP.	Questionários e entrevistas com alunos e profissionais da área social e pedagógica.	Produção e exibição de podcasts pelos alunos sobre *bullying*.	Podcasts foram eficazes para conscientização e discussão do *bullying*, promovendo reflexões entre alunos.
Luna, 2019.	Analisar os efeitos de uma capacitação de professores na redução dos índices de *bullying* em escolas públicas.	Estudo pré - experimental	27 professores e 368 alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental.	Questionários para investigar as práticas docentes e a autoeficácia em relação ao *bullying*.	Capacitação de professores com 40 horas presenciais e 60 horas à distância, com uso de materiais pedagógicos e WhatsApp.	A capacitação melhorou a autoeficácia dos professores e reduziu o *bullying* entre os alunos do grupo experimental.

Tabela 2 - Descrição dos estudos incluídos a partir do objetivo, desenho, amostra, instrumentos utilizados, tipo de intervenção e resultados obtidos. Fonte: Elaboração dos autores (2024)

4. DISCUSSÃO

Esta revisão de escopo objetivou o mapeamento de intervenções voltadas à prevenção e redução da violência nas escolas brasileiras. Tendo isso em vista, foram encontrados em maior número estudos voltados para a prática do *bullying* nas escolas. A predominância de intervenções focadas no *bullying* destaca a necessidade de ampliar a pesquisa e a prática para

incluir outras formas de violência nas escolas. Essa limitação na literatura existente pode refletir uma tendência de pesquisa que prioriza problemas que geram maior apelo social e visibilidade. No entanto, para que as políticas de prevenção e as práticas escolares sejam verdadeiramente eficazes, é essencial que também abordem outras formas de agressão que os estudantes possam enfrentar no ambiente escolar.

Compreender a violência nas escolas, especialmente o *bullying* e suas manifestações digitais, é crucial para o desenvolvimento de intervenções eficazes. Portanto, a seguir, discutiremos a relação entre *bullying e cyberbullying*, destacando suas características, impactos e a necessidade de abordagens diferenciadas para cada forma de violência.

4.1 *Bullying x Cyberbullying*

Diante do que foi apresentado, a violência nas escolas é influenciada por diversos contextos, sendo frequentemente um reflexo de agressões anteriores, conforme indicam Pinheiro e Williams (2009) e Tortorelli, Carreiro e Araújo (2010). A violência doméstica, no contexto do *bullying*, é um dos fatores que impactam diretamente o comportamento do indivíduo, resultando na repetição de atos violentos que se manifestam em diferentes esferas, incluindo a escola. Além disso, Xu et al. (2020) afirmam que é fundamental compreender fatores demográficos, como idade, gênero, condições socioeconômicas, orientação sexual e nível de escolaridade, para distinguir os tipos de violência e suas motivações, de acordo com o ambiente em que o indivíduo está inserido.

O *bullying* é caracterizado por brincadeiras de mau gosto, como apelidos ofensivos, ameaças, provocações dolorosas e imposições físicas. Essa forma de agressão é silenciosa e cruel, destruindo a moral, a saúde psicológica e física da vítima. Segundo Boulton e Smith (1994), a vítima é aquela que enfrenta implicâncias, incômodos e agressões. Muitas vezes, pessoas que sofrem *bullying*, sem saber como resolver o conflito, optam por manter a violência em segredo até se sentirem seguras o suficiente para denunciar o agressor, temendo retaliações. Lopes Neto (2005) enfatiza que "o silêncio só é rompido quando os alvos sentem que serão ouvidos, respeitados e valorizados."

As vítimas podem ser categorizadas em três grupos: típicas, provocadoras e agressoras. As vítimas típicas geralmente são alunos tímidos que não reagem às provocações, frequentemente apresentando fragilidades físicas e sendo alvo de críticas por motivos triviais, como aparência. Fante (2005) descreve a vítima típica como alguém com "extrema sensibilidade, timidez, passividade, submissão, insegurança, baixa autoestima, alguma

deficiência de aprendizado, ansiedade e aspectos depressivos." Por outro lado, as vítimas provocadoras diferem das típicas, pois conseguem provocar reações agressivas nos colegas e podem reagir quando atacadas. Já as vítimas agressoras, ao sofrer maus-tratos, reagem com agressividade, perpetuando a violência em outras vítimas mais vulneráveis.

De acordo com o Art. 3º da LEI Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, o *bullying* pode ser classificado nas seguintes categorias: I - verbal: insultos, xingamentos e apelidos pejorativos; II - moral: difamação, calúnia e disseminação de rumores; III - sexual: assédio, indução e abuso; IV - social: ignorar, isolar e excluir; V - psicológica: perseguição, ameaças, intimidação, dominação, manipulação, chantagem e tormento; VI - física: socos, chutes e agressões; VII - material: furto, roubo e destruição de pertences alheios; VIII - virtual: desvalorização, envio de mensagens intrusivas, manipulação de fotos e dados pessoais que causam sofrimento ou visam criar constrangimento psicológico e social (Brasil, 2015).

Com o avanço das novas tecnologias, o *bullying* também se manifesta no meio virtual, conhecido como *cyberbullying*. Essa forma de agressão ocorre nas redes sociais digitais, através de conteúdos hostis que afetam negativamente a saúde mental dos indivíduos (FERREIRA; DESLANDES, 2018). O *cyberbullying* é a forma pela qual um indivíduo ou grupo busca prejudicar outro de maneira reiterada, utilizando tecnologias eletrônicas, como celulares e computadores. Neste tipo de violência, os agressores superam as barreiras de tempo e espaço, atacando suas vítimas por meio de mensagens, imagens, vídeos e e-mails, em qualquer momento e local (PATCHIN; HINDUJA, 2006). Além disso, a tecnologia permite que o autor do ato violento aja de forma mais discreta do que no *bullying* tradicional, possibilitando que conteúdos agressivos sejam armazenados e rapidamente compartilhados (LI, 2006). No caso do *cyberbullying*, a diferença de poder entre agressor e vítima, real ou percebida, se manifesta pela habilidade de usar a tecnologia para intimidar, ao invés de se basear em características físicas ou popularidade, como ocorre no *bullying* convencional (PATCHIN; HINDUJA, 2006).

Portanto, a transição entre *bullying* e *cyberbullying* não apenas reflete a complexidade das interações sociais contemporâneas, mas também enfatiza a importância de se considerar o papel da família e da sociedade na prevenção e intervenção dessas formas de violência. A partir dessa perspectiva, podemos agora abordar como a violência escolar, incluindo o *bullying* e o *cyberbullying*, se entrelaça com fatores familiares e sociais mais amplos.

4.2 Família x Sociedade

O tema da violência nas escolas é complexo e multifacetado, não podendo ser explicado por uma única causa. Sua presença no ambiente escolar suscita discussões tanto na família quanto na comunidade, pois a escola não é a única responsável pela resolução desse problema; toda a sociedade, incluindo as autoridades competentes, deve estar envolvida. Diversos especialistas têm abordado essa questão com o objetivo de compreender suas causas de forma abrangente, em vez de fragmentada (ARAÚJO, 2002).

Diante desse cenário, torna-se evidente que a violência observada nas escolas, incluindo o *bullying* e o *cyberbullying*, é frequentemente reflexo de dinâmicas familiares e sociais mais amplas. De acordo com Viana (2022), compreender a violência requer um conhecimento aprofundado de suas causas. No contexto educacional, é essencial realizar um levantamento da situação atual para auxiliar a gestão escolar e a sociedade em geral a identificar os problemas relacionados à violência e a viabilizar possíveis soluções. Diante dos muitos fatores influenciadores, há uma dualidade: se, por um lado, as ações dos alunos no ambiente escolar podem exceder o que é socialmente aceitável, por outro lado, essas atitudes podem ser entendidas como respostas às várias opressões e violências que eles vivenciam.

Entende-se, portanto, que as agressividades reproduzidas pelos alunos podem estar relacionadas ao que eles presenciam ou experimentam no ambiente doméstico, familiar, social e virtual, mesmo que esses comportamentos não sejam aceitáveis socialmente. O aluno que apresenta comportamentos agressivos na escola, muitas vezes, sofre ou testemunha atos de violência, estando frequentemente cercado por instrumentos e situações que remetem à violência, reproduzindo-a como parte do repertório aprendido e adaptado para lidar com situações que violentam suas liberdades individuais (GONÇALVES, 2019).

Quando o indivíduo participa da sociedade, ele traz consigo informações e comportamentos internalizados com base em suas experiências de vida. É a partir dessa perspectiva que o fenômeno deve ser analisado, especialmente no ambiente escolar. Entre as possíveis categorias de análise está a privação, que pode influenciar na construção do sistema de valores do indivíduo (SOUZA, 2008). Sobre isso, Mangini (2008, p. 106) afirma que "[...] sérias privações podem diminuir a capacidade de administrar os próprios impulsos, os quais podem manifestar-se livremente, prejudicando as relações sociais ou serem reprimidos por um superego severo…" Portanto, é possível encontrar, no ambiente escolar, estudantes que banalizam a vida e a ordem, praticando atos de violência e vandalismo.

A privação afetiva sofrida por algumas crianças prejudica a formação de sua

personalidade e caráter. Conforme Silva (2004), fatores como a carência afetiva, a falta de cidadania e a ausência de modelos positivos podem contribuir para que crianças e adolescentes se envolvam em atos violentos. A ausência de afeto pode levar as crianças a utilizarem a violência como uma forma de chamar atenção e buscar o afeto que lhes faltam.

Os autores apontam que a ausência de afeto e valores está frequentemente relacionada à ausência dos pais, que, devido à necessidade de sustentar a família, deixam seus filhos aos cuidados de irmãos mais velhos ou babás, diminuindo significativamente o tempo de convívio familiar. Essa mudança nas relações familiares traz várias implicações. O abandono pode resultar tanto da necessidade dos pais de trabalhar quanto do despreparo deles no trato com a criança, além da inversão de valores em relação ao papel da escola (SOUZA, 2008). É comum que os pais terceirizem a educação de seus filhos para a escola, distorcendo e descaracterizando sua função. A perda ou inversão dos valores afetivos e morais essenciais à educação da criança tem vitimado os jovens, pois já não há mais um referencial baseado em afeto, cuidado e respeito mútuo.

Entretanto, é importante destacar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um dever tanto da família quanto do Estado. O artigo 205 da Constituição estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Dessa forma, a responsabilidade pela formação das crianças e adolescentes não recai exclusivamente sobre os pais, mas também sobre o Estado, que deve garantir um ambiente escolar seguro e propício ao desenvolvimento integral dos jovens, além de promover políticas públicas que amparem as famílias na educação de seus filhos. Assim, a ausência de afeto e valores no ambiente familiar deve ser contraposta à responsabilidade do poder público em oferecer suporte, recursos e condições adequadas para o desenvolvimento educacional e social das crianças.

4.3 Abordagens Comunitárias e Territoriais

Em complemento a essa discussão sobre a violência nas escolas e suas raízes familiares e sociais, é fundamental considerar a importância de abordagens comunitárias e territoriais. Para Longo (2008, p. 5), "[...] a violência nas escolas é apenas consequência." Os conflitos começam na sociedade, que está em constante mudança, e seus reflexos são sentidos nas escolas. Os indivíduos não são violentos por simples vontade; o modelo de sociedade

capitalista, que gera desigualdades profundas e explora mão-de-obra barata em benefício de empresários, banqueiros e industriais ricos, já é por si só violento. Assim sendo, ocasionando mudanças sociais que impactam diretamente na organização familiar, a qual gera consequências para aqueles que dela surgem, levando-as aos ambientes em que tais indivíduos se inserem, sendo, um deles, a escola.

Nesse contexto, Araújo (2002) aponta que há muito tempo discutem-se e implementam-se ações para solucionar esse problema, mas ainda não existem medidas preventivas eficazes para a violência nas escolas, já que os resultados nem sempre são positivos. Algumas atitudes, como o investimento em segurança com vigias e câmeras, são consideradas por alguns intelectuais como agravantes. Em contrapartida, a proposta de parceria com a comunidade oferece melhores resultados. Araújo (2002) relata o caso da Escola Estadual José do Prado, na região do ABC paulista, onde a diretora conseguiu controlar a violência através de um pacto com os grupos escolares, resultando em uma preservação da escola e da ordem por meio do diálogo e da comunicação civilizada.

Apostar na mobilização da comunidade como um elo entre o ambiente escolar e não escolar está se tornando cada vez mais comum. Segundo Silva (2004), a UNESCO apoia a ideia de que a comunidade faça parte da escola. Um exemplo disso é um programa piloto realizado no Rio de Janeiro e em Pernambuco, onde as escolas públicas ficaram abertas nos finais de semana para atividades esportivas, recreativas e pedagógicas. Os resultados dessa ação mostraram uma diminuição da criminalidade em até 60%. Segundo a avaliação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, esse programa ajudou a reduzir as depredações nas instituições, aumentou a participação das famílias nas escolas e melhorou o relacionamento entre alunos e professores.

Entretanto, essa participação da comunidade deve ser direcionada principalmente às famílias, incentivando-as a se envolver no processo de formação dos seus filhos. A parceria entre escola, comunidade e família criará espaços para debates e sugestões de estratégias que poderiam ajudar a minimizar a violência no ambiente escolar. Além disso, essas políticas devem incluir a formação de professores capacitados para lidar com os problemas atuais do ambiente escolar, identificar e analisar os comportamentos agressivos dos alunos, promover atividades lúdicas, inovadoras e coletivas, e conscientizá-los sobre a importância do respeito e da cooperação (ARAÚJO, 2002).

Araújo (2002) reforça que a instituição como um todo deve estar preparada para promover projetos multidisciplinares e extracurriculares, como a prática de esportes, cultura e lazer, juntamente com ações comunitárias solidárias, promovendo uma maior interação com a

sociedade. É necessário desenvolver ações de solidariedade, resgate de valores, cidadania, tolerância e respeito mútuo nas escolas. Embora a violência nas escolas não seja gerada por elas, é dentro desse ambiente que ela ganha grande dimensão e se intensifica. Portanto, toda a equipe escolar deve apostar no diálogo como uma ferramenta importante no combate à violência. Discutir assuntos conflitantes no interior da escola é tão importante quanto planejar as aulas e programas escolares. Promover a troca de experiências vivenciadas por aqueles envolvidos no processo de formação do indivíduo valoriza o trabalho em equipe, em oposição às formas fragmentadas de resolução, que muitas vezes não produzem efeitos positivos.

Viana (2002) destaca que, para combater as percepções desfavoráveis sobre a relação entre escola e violência, é necessário apresentar um projeto alternativo que envolve tanto a escola quanto a sociedade. Em vez de reprimir os comportamentos agressivos dos alunos, a instituição deveria promover a auto-organização dos estudantes, incentivando-os a questionar a cultura dominante e sugerir mudanças. As lutas pela transformação do aluno e da própria instituição devem estar alinhadas com as lutas sociais que ocorrem fora da escola.

Diante de tantas possibilidades, é crucial não abdicar da discussão sobre o fenômeno da violência dentro das escolas, tratando-o com naturalidade e promovendo a interação de todos. A violência não deve ser vista como um mito ou algo distante, mas como uma realidade presente na sociedade à qual todos estão sujeitos

5. CONCLUSÃO

A pesquisa mapeou algumas intervenções disponíveis para prevenir e reduzir a violência nas escolas brasileiras. Dentre as estratégias identificadas como mais relevantes, destacam-se: programas de conscientização e prevenção do *bullying*, intervenções psicossociais direcionadas a alunos e professores, treinamento de habilidades sociais e emocionais, e a promoção de uma cultura de paz e respeito mútuo. Contudo, é crucial ressaltar que a eficácia dessas intervenções pode ser sensivelmente influenciada pelo contexto escolar e pelas características dos alunos envolvidos. Além disso, muitas das abordagens identificadas carecem de avaliações rigorosas de seus resultados, o que impõe limitações à generalização de seus efeitos.

Neste sentido, a análise das relações familiares e sociais, bem como das abordagens comunitárias e territoriais, é fundamental para entender como esses fatores impactam diretamente a dinâmica escolar e, consequentemente, a violência. Assim, diante desse cenário, é imperativo conduzir mais estudos para avaliar minuciosamente a eficácia e efetividade das

intervenções existentes e desenvolver novas estratégias de prevenção e redução da violência nas escolas. A necessidade de articular os esforços entre os profissionais da educação e da saúde, conforme mencionado por Araújo (2002), é essencial para implementar ações integradas e efetivas no enfrentamento à violência escolar.

Em síntese, a prevenção e redução da violência nas escolas brasileiras representam um desafio multifacetado, demandando ações integradas e efetivas de diversos segmentos da sociedade. Espera-se que este trabalho possa contribuir significativamente para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e sustentáveis, visando não apenas combater a violência nas escolas, mas também promover um ambiente escolar tranquilo para todos os alunos.

Por fim, o presente estudo possui limitações que devem ser levadas em consideração. Em primeiro lugar, a busca foi restrita a estudos publicados após os anos 2000 em virtude da relevância e atualidade das intervenções estudadas, o que pode ter excluído intervenções relevantes desenvolvidas anteriormente. Além disso, a busca foi realizada em bases de dados específicas, o que pode ter limitado a identificação de intervenções publicadas em outras fontes. A revisão de escopo é uma metodologia que busca mapear a literatura existente sobre um tema, mas não permite a realização de inferências causais ou a avaliação da eficácia das intervenções identificadas.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. *Violências nas escolas*. Brasília, DF: Unesco, 2002.

AKITA, T. Produção e utilização de podcasts para abordagem do tema *bullying* em uma escola de educação profissional e tecnológica. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Sertãozinho, São Carlos, 2019.

ARAÚJO, Carla. *A violência desce para a escola: suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: [s.n.], 1988.

BRASIL. *Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Dispõe sobre a prevenção e o combate ao bullying nas escolas*. Diário Oficial da União, Brasília, 9 nov. 2015.

BOULTON, M. J.; SMITH, P. K. Bully/victim problems in middle school children: Stability, self-perceived competence, peer acceptance. *British Journal of Developmental Psychology*, v. 12, p. 315-325, 1994.

BONAMIGO, I. S. et al. Pesquisa-intervenção sobre violências em escolas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 18, n. 3, p. 519–527, set. 2014.

CORDEIRO, L. B. S. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 37–43, 2020.

FANTE, Cleo. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Verus, 2005.

FERREIRA, T. R. S. C.; DESLANDES, S. Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 3369-3379, 2018.

JUVONEN, J., & GRAHAM, S. (2014). Bullying in schools: The power of peers. In D. W. Brown, K. A. Gibbons, & K. J. Kossinets (Eds.), *The Oxford Handbook of School Violence and School Safety* (pp. 207-224). Oxford University Press

KRUG, E. G. et al. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS, 2002.

LI, Q. Cyberbullying in schools: a research of gender differences. *School Psychology International*, v. 27, n. 2, p. 157-170, 2006.

LONGO, Malu. Violência e medo rondam as escolas. *O Popular*, Goiânia, p. 5, 18 nov. 2008.

LOUREIRO, Ana Carla Amorim Moura; QUEIROZ, Sávio Silveira de. A concepção de violência segundo atores do cotidiano de uma escola particular: uma análise psicológica. 2005.

LOUZADA, M. C. Os conflitos violentos do bullying na escola e seus entrelaçamentos com a Justiça Restaurativa. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.

LUNA, G. L. M. O professor como protagonista na prevenção ao bullying: análise de estratégia de enfrentamento. 2019. 179 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

MANGINI, Rosana C. R. Privação afetiva e social: implicações nas escolas. In: MEDRADO, H. (Org.). *Violência nas escolas*. Sorocaba: Editora Minelli, 2008.

MAYA, B. M. Educar para a administração alternativa de conflitos como via de aprofundamento da democracia. In: VINYAMATA, E. (Org.). *Aprender a partir do Conflito: Conflitologia e Educação*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 75-84.

MELLO, L. P.; KOLLER, S. H. A relação entre escola, família e comunidade no enfrentamento da violência escolar. *Psicologia em Estudo*, p. 649-658, 2012.

NETO, Aramis Antônio Lopes. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, v. 81, n. 5, Porto Alegre, nov. 2005, p. S164-S172.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Jorge Luiza da; YOSHINAGA, Andréa Cristina Mariano; SILVA, Marta Angélica. Interfaces entre família e bullying escolar: uma revisão sistemática. *Psico-USF*, v. 20, n. 1, p. 121-132, 2015.

OLWEUS, D. (1993). Bullying at school: What we know and what we can do. Blackwell Publishing.

PATCHIN, J. W.; HINDUJA, S. Bullies move beyond the schoolyard: a preliminary look at cyberbullying. *Youth Violence and Juvenile Justice*, v. 4, n. 2, p. 148-169, 2006.

PETERS, M. D. J. et al. Scoping reviews. In: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Eds.). *Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual*. Australia: Joanna Briggs Inst, 2017.

PINGOELLO, I. Ações educativas aplicadas por professores em alunos do 6º ano do Ensino Fundamental para a redução do bullying. 2012. 323 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

REIS, F. R. H.; COSTA, D. I. Bullying: a ausência de enfrentamento e sua relação com a contemporaneidade. *Revista Imagem*, v. 1, n. 1, p. 8-16, 2011.

RUBINHO, M. D. A. O. Percepção dos estudantes de pedagogia acerca do bullying escolar: possíveis intervenções. 2015. 249 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2015.

SILVA, A. P. da; NUNES, C. M. R. Intervenções escolares e a construção de uma cultura de paz: práticas e desafios. 2018.

SILVA, Jorge Luiz da et al. Assistência oferecida a estudantes que relatam serem vítimas de bullying. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 22, n. 3, p. 325-335, set. 2017.

SILVA, Pedro N. *Ética, indisciplina e violência nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOARES, A. C. S. Letramento crítico e combate ao bullying em aulas de língua portuguesa. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica) – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Ludmilla. Violência contra professores e alunos cresce na rede pública paulista. *Agência Brasil*, 2019.

SOUZA, D. L. de; LOPES, R. C. A formação continuada de professores para o enfrentamento da violência escolar. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 14, n. 38, p. 117-134, 2017.

SOUZA, M. R. Violência nas escolas: causas e consequências. *Caderno Discente do Instituto Superior de Educação*, Aparecida de Goiânia, p. 119-135, 2008.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Estamos em conflito: eu, comigo e com você! Uma reflexão sobre o bullying e suas causas afetivas. In: CUNHA, J. L.; DANI, L. S. C. (Org.). *Escola: conflitos e violências*. Santa Maria: UFSM, 2008.

VIANA, Nildo. Escola e violência. In: VIANA, N.; VIEIRA, R. (Org.). *Educação, cultura e sociedade: abordagens críticas da escola*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

ZAN, D.; LEME, M. I. S. Parceria família-escola na prevenção da violência escolar. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 160, p. 396-411, 2016.